

ATA DA 015ª SESSÃO ORDINÁRIA DA  
1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 19ª LEGISLATURA  
REALIZADA EM 13 DE MARÇO DE 2019  
PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO JULIO GARCIA

Às 14h, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Ada Faraco De Luca - Altair Silva - Ana Campagnolo - Bruno Souza - Dr. Vicente Caropreso - Fabiano da Luz - Fernando Krelling - Ismael dos Santos - Jair Miotto - Jerry Comper - Jessé Lopes - João Amin - José Milton Scheffer - Julio Garcia - Kennedy Nunes - Laércio Schuster - Luciane Carminatti - Luiz Fernando Vampiro - Marcos Vieira - Marlene Fengler - Maurício Eskudlark - Mauro de Nadal - Moacir Sopelsa - Nazareno Martins - Neodi Saretta - Nilso Berlanda - Padre Pedro Baldissera - Paulinha - Rodrigo Minotto - Romildo Titon - Sargento Lima - Sergio Motta - Valdir Cobalchini - Volnei Weber.

PRESIDÊNCIA - Deputados: Julio Garcia  
Mauro de Nadal

DEPUTADO MAURO DE NADAL (Presidente) - Abre os trabalhos da sessão ordinária. Solicita a leitura da ata da sessão anterior para aprovação e a distribuição do expediente aos srs. deputados.

\*\*\*\*\*

**Breves Comunicações**

DEPUTADA ADA DE LUCA (Oradora) - Tece comentários a respeito do episódio ocorrido em Suzano, SP, na presente data, quando uma escola pública foi atacada por dois adolescentes, que vitimaram mais de oito alunos e tiraram suas próprias vidas. Questiona o porquê de tudo isso e não encontra explicação. Lamenta profundamente o fato e se solidariza com os familiares das vítimas e funcionários da Escola Estadual Professor Raul Brasil.

Percebe que a violência no Brasil está aumentando de uma forma assustadora. Por isso, pede o apoio dos colegas parlamentares na criação

de políticas públicas, a fim de prevenir qualquer tipo de violência desde a educação infantil. Entende que as crianças precisam de apoio psicológico desde a infância, pois não é normal que adolescentes postem fotos com armas em redes sociais.

Deputada Paulinha (Aparteante) - Corrobora a fala da deputada, citando que o Brasil vivencia um clima de intolerância, de violência e acredita que se pode mudar esse aspecto com políticas públicas.

Deputado Ismael dos Santos (Aparteante) - Compartilha o discurso da deputada e cita a questão da crise de ética, de princípios e valores, os quais iniciam no ambiente familiar, passam pela escola, e pelos meios de comunicação que muitas vezes estimulam ações de violência.

Deputado Maurício Eskudlark (Aparteante) - Registra solidariedade aos familiares, ao Brasil. Entende que nos primeiros sinais de mudança comportamental de uma criança, de um filho, muitas vezes um abraço resolve, mas é preciso estar atento.

Deputada Luciane Carminatti (Aparteante) - Demonstra solidariedade à deputada pela manifestação, e comenta que recebeu ligações e mensagens de pais solicitando a questão de segurança nas escolas.

Deputado Fernando Krelling (Aparteante) - Manifesta e defende a adoção de políticas públicas, principalmente relacionadas a ocupar o tempo ocioso das crianças. *[Taquígrafa: Sílvia]*

DEPUTADO SARGENTO LIMA (Orador) - Declara solidariedade e companheirismo à deputada Ana Campagnolo em relação às ofensas que vem recebendo do grupo de mulheres feministas.

Discute a Lei Federal n. 10.826, Lei do Estatuto do Desarmamento, ironicamente assinada pelo ex-presidente e atualmente apenado Lula da

Silva. Fala da importância do porte de arma para agentes socioeducativos, enfatizando que este profissional atua com menores infratores criminosos e que, muitas vezes, os mesmos fazem parte de facções criminosas, inclusive alguns ocupam cargos de liderança. Também informa que a mesma lei dá direito ao agente penitenciário a ter porte de arma, mas deixa de fora o agente socioeducativo.

Questiona qual a segurança e qual a diferença entre o agente penitenciário e o agente socioeducativo, concluindo que não existe nenhuma, e ousando dizer que a periculosidade é muito maior, no caso do agente socioeducativo. Entende que os mesmos correm mais risco de vida, e também que sofrem com pronunciamentos de especialistas da área que defendem que não podem nem ter equipamentos de proteção. Destaca que a legislação é fraca, quando estende aos bandidos menores de 18 anos o direito de matar sem se preocupar com as consequências dos seus atos.

Finaliza seu pronunciamento com a frase: Quem poupa o lobo, sacrifica ovelhas.

Deputado Jessé Lopes (Aparteante) - Corroborava com o pronunciamento do deputado, citando um caso em Cocal do Sul, quando um policial militar estava levando seu filho à escola, e foi surpreendido por alunos menores de idade, que o ameaçaram por ter prendido um dos colegas por tráfico. *[Taquígrafa: Ana Maria]*

DEPUTADA ANA CAMPAGNOLO (Oradora) - Inicialmente, faz referência ao massacre, concordando com o pronunciamento dos demais deputados em relação ao fato, principalmente do deputado Sargento Lima, e manifesta sinceras condolências às famílias das vítimas.

Continuando seu pronunciamento da data anterior, apresenta no telão comentários acerca do Mês das Mulheres, do Movimento das Mulheres, do Dia das Mulheres e do Feminismo, evidenciando que todos são negativos em relação a sua atuação como deputada e como defensora do tema das mulheres.

Também chama a atenção para a escolaridade das pessoas que postam tais comentários grosseiros, a maioria de nível superior.

Conclui que toda essa negatividade direcionada a sua pessoa deve-se ao fato de que o Movimento Feminista arroga para si o monopólio das conquistas dos direitos civis que as mulheres desfrutam hoje. Demonstra que as militantes feministas, além de serem extremamente mal educadas, desconhecem a realidade do próprio movimento que defendem.

Comenta que a primeira conferência de mulheres pelo direito ao voto, ou Conferência de Direito das Mulheres, aconteceu em Seneca Falls, em 1848, nos Estados Unidos, dentro de uma Igreja Metodista. Assim, explica que o primeiro e único lugar que quis receber o movimento de mulheres para falar sobre direitos civis foi uma igreja. Então, não foi o Movimento Feminista quem recebeu essas mulheres, foram os religiosos.

Também acrescenta que todas as resoluções desse dia foram aprovadas unanimemente, exceto o sufrágio feminino. Desta forma, o primeiro voto da mulher norte-americana foi para decidir se queria ou não votar, e elas disseram não ao sufrágio feminino, porque elas não queriam votar, pois imaginavam que, ao conquistarem o direito ao voto, também conquistariam a desvantagem de ter que servir ao exército, o que não seria interessante, principalmente em época de guerras. Explica que em muitos países, e por muito tempo, as mulheres manifestaram seu interesse em não votar.

Esclarece, ainda, que não é verdade a afirmação que algumas fazem, de que só está no Parlamento graças ao Movimento Feminista.

Entre outras, cita Simone de Beauvoir, que diz que "as mulheres só ganharam o que os homens concordaram em lhes conceder." Elas nada tomaram, elas receberam. Ressalta que a escritora tinha clareza de que todos os movimentos feministas, palavras dela: "não passavam de agitação simbólica". Ou seja, muito barulho, passeata, mas não conquistavam nada, em absoluto, com este tipo de protesto.

Reafirma para todas as feministas militantes, que repetem a falácia de que só está na tribuna graças ao movimento feminista, que foram os cristãos, em primeiro lugar os religiosos, que apoiaram as mulheres; e em segundo lugar, como a própria Simone de Beauvoir fala, o direito ao voto é uma concessão masculina. Os homens, estes sim, lutaram durante anos, guerras sangrentas, para conseguir o direito ao voto.

Finalizando, traz a declaração da primeira mulher eleita primeira-ministra da Inglaterra, Margaret Thatcher, com a qual concorda, e ela diz: "Não devo nada ao movimento de libertação das mulheres; as feministas odeiam-me, não é? Não as posso culpar, uma vez que odeio o feminismo, pois é puro veneno". [Taquígrafa: Sara]

DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI (Oradora) - Reporta-se ao Dia Internacional da Mulher, comemorado no dia 8 de março, e agradece as lutas que as mulheres realizaram até os dias atuais, as quais possibilitaram a ascendência da mulher, como aconteceu no Parlamento argentino, por ato do presidente, sancionando a lei da paridade de gênero, e almeja que tal situação aconteça na Casa Legislativa catarinense.

Dando continuidade ao assunto, relata sua visita a vários municípios de Santa Catarina, discutindo a igualdade de gênero, e tal foi a surpresa, pois na prefeitura de um município pequeno do oeste de Santa Catarina havia a participação de 70% de mulheres. Na mesma linha de raciocínio, divulga a sua participação no evento Grupo de Mulheres do Brasil, onde estava presente a proprietária do Magazine Luiza, reforçando o combate à violência existente nas empresas. Diante de tantas mudanças em prol da mulher, reforça que o mês de março representa a oportunidade de celebrar as conquistas das mulheres, o movimento feminista.

No segundo momento, repercute a notícia divulgada no mundo inteiro, em data anterior, sobre o assassinato da parlamentar Marielle Franco, que completou um ano de investigação, um

ano para chegar à prisão, e afirma que a referida situação representa vergonha para o Brasil.

Finaliza, assegurando que a demora na conclusão das investigações do assassinato e a violência no Brasil são motivos que levaram o deputado federal Jean Wyllys (PSOL) e a ex-candidata ao governo do Rio de Janeiro, Márcia Tiburi (PT), a deixarem o Brasil. [Taquígrafa: Elzamar]

\*\*\*\*\*

### **Partidos Políticos**

Partido: PR

DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK (Orador) - Tece comentários sobre o trabalho investigativo da polícia para chegar aos assassinos da vereadora Marielle, no Rio de Janeiro, e considera que ainda há muito para esclarecer.

Expõe as razões para se investir fortemente no turismo de navegação em Santa Catarina, ao exibir vídeo da empresa Ports Developed By Shiphandlers, a qual idealizou o BC Port, em Balneário Camboriú, que tem por objetivo a captação de navios cruzeiros marítimos que façam a rota entre o Brasil e o extremo sul da Argentina.

Comenta que o Brasil perde muito por não investir no citado turismo, bem como em portos adequados, e o aludido município catarinense tem potencial de incluir um píer e instituir infraestrutura para receber transatlânticos.

Deputado Nilso Berlanda (Aparteante) - Comenta que investimento nessa área trará recursos e desenvolvimento para os municípios da região. [Taquígrafa: Sílvia]

Partido: PSD

DEPUTADO KENNEDY NUNES (Orador) - Registra matéria da Rede RIC de Televisão, com relação a uma nota da Segurança Pública, do governo Moisés, que por ordem do Tribunal de Contas, fez com que encerrasse o contrato de 120 profissionais que prestavam serviço às delegacias do estado.

Contesta a nota, afirmando que a informação que obteve é que o Tribunal de Contas pediu para fazer licitação de forma correta e não emergencial. Lamenta muito a medida tomada pelo governador, dizendo que a mesma está prejudicando o povo catarinense, porque agora IGPs e Detrans do estado não estão conseguindo fazer Carteira de Identidade e CNH, por conta da falta de estagiários, e alega que o serviço está sendo realizado por policiais civis efetivos. Não concorda, afirmando que o policial fez concurso para investigar crimes. Procede apresentação de vídeo para ilustrar seu pronunciamento.

Finaliza, lamentando muito toda a situação que está ocorrendo nos órgãos da Segurança Pública de Santa Catarina.

Deputado Fernando Krelling (Aparteante) - Comunica que protocolará na Casa uma moção sobre a questão, solicitando ao governo estadual que mantenha os terceirizados nas delegacias, nos IGPs e Detran. O policial tem que trabalhar na rua investigando crimes e protegendo a população.

Deputada Luciane Carminatti (Aparteante) - Alerta que, em contato com a delegacia de Chapecó, ficou surpresa com a informação que, dos 21 servidores que atuavam na mesma, ficarão apenas cinco, pois os terceirizados todos foram demitidos. *[Taquígrafa: Ana Maria]*

Partido: PSDB

DEPUTADO DR. VICENTE CAROPRESO (Orador) - Comenta que nem tudo são confusões e problemas, algumas coisas estão evoluindo, pois notifica que na presente data recebeu o secretário da Casa Civil em seu gabinete, explicando várias inovações no governo.

Relata que durante esta visita ouviu a confirmação de que a BR-280, o trecho estadualizado, está confirmado para o próximo pacote a entrar em 2019, do Plano de Investimentos do Governo, no valor de R\$ 700 milhões. No plano constam 10 obras importantes, e uma delas será a

BR-280, o trecho estadualizado, o que vem tranquilizar toda população. Agradece ao governo do estado e ao secretário da Casa Civil que tem contribuído bastante.

Informa que recebeu, em seu gabinete, várias instituições que representam as pessoas com deficiência no estado, a Federação das Apaes, as pessoas com Síndrome de Down, pessoas com esclerose múltipla, pessoas com deficiência física, uma comissão dos autistas e pessoas com deficiência visual.

Declara que fazer parte desta comissão se constitui num grande desafio, pelas pessoas que o antecederam, como José Nei Ascari, que fez um excelente trabalho. Informa que a Apae foi beneficiada em um percentual do Fundo Social, mas as demais entidades clamam por alguma ajuda perene do governo, e será neste sentido a luta da comissão.

Além disso, fala da relevância de estimular o ato de ser voluntário, pois muitas pessoas que fazem parte destas entidades esperam tão somente ajuda governamental dos três níveis, sem se darem conta da importância do trabalho voluntário. Considera essencial a ajuda da comunidade para complementar o custeio dessas entidades, e neste sentido esclarece que será feita uma campanha institucional para tocar o coração das pessoas, para que os catarinenses engrossem as fileiras dos voluntários e ajudem hospitais, idosos, instituições que visam melhorar o nível de vida, e a qualidade de várias situações merecedoras de respeito. *[Taquígrafa: Sara]*

DEPUTADO MAURO DE NADAL (Presidente) -  
Suspende a sessão até a Ordem do Dia.

\*\*\*\*\*

#### **Ordem do Dia**

DEPUTADO JULIO GARCIA (Presidente) - Reabre a sessão e dá início à pauta da Ordem do Dia.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0024/2019, de autoria da comissão de

Finanças e Tributação, que altera a Lei 17.566/2018, que "Dispõe sobre as diretrizes orçamentárias para o exercício financeiro de 2019 e estabelece outras providências", para suprimir os percentuais fixados de redução do montante de renúncia de receita, nos exercícios financeiros de 2019 a 2022, e ampliar o prazo para a Secretaria de Estado da Fazenda apresentar estudo dos benefícios fiscais em vigência e encaminhá-lo ao Poder Legislativo para homologação.

Conta com parecer favorável da Comissão de Finanças e Tributação.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei Complementar n. 0004/2019, de autoria da Mesa Diretora, que altera a Resolução n. 002, de 2006, que dispõe sobre o Quadro de Pessoal, o Plano de Carreira, os cargos, as classes de cargos, as funções de confiança e as atribuições dos servidores da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, convalidada pela Lei Complementar n. 642, de 2015, a fim de criar cargos em comissão e funções de confiança que menciona para as Comissões Permanentes de Defesa dos Direitos do Idoso e de assuntos Municipais, transformar nível de função de confiança da Comissão Permanente de Trabalho, Administração e Serviço Público e modificar a forma do cômputo do percentual quanto à reserva dos cargos em comissão aos servidores de cargo efetivo do Poder Legislativo, bem como diminuir o limite de funções gratificadas atribuídas a servidor à disposição; e modifica o art. 7º da Lei Complementar n. 719, de 2018, que alterou a referida Resolução, para o fim de excetuar, expressamente, dos seus efeitos o acréscimo no adicional de pós-graduação.

Ao presente projeto foi apresentada emenda modificada.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça; e de Finanças e Tributação.

Em discussão.

(Pausa)

Encaminhou favoravelmente à votação da presente matéria o sr. deputado Kennedy Nunes.

Em votação.

Os srs. deputados que votarem "sim" aprovam a matéria e os que votarem "não" rejeitam-na.

(Procede-se à votação nominal por processo eletrônico.)

DEPUTADA ADA FARACO DE LUCA	
DEPUTADO ALTAIR SILVA	sim
DEPUTADA ANA CAMPAGNOLO	sim
DEPUTADO BRUNO SOUZA	sim
DEPUTADO CORONEL MOCELLIN	
DEPUTADO DOUTOR VICENTE CAROPRESO	sim
DEPUTADO FABIANO DA LUZ	sim
DEPUTADO FELIPE ESTEVÃO	
DEPUTADO FERNANDO KRELLING	sim
DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS	sim
DEPUTADO IVAN NAATZ	
DEPUTADO JAIR MIOTTO	sim
DEPUTADO JERRY COMPER	sim
DEPUTADO JESSÉ LOPES	sim
DEPUTADO JOÃO AMIN	sim
DEPUTADO JOSÉ MILTON SCHEFFER	
DEPUTADO JULIO GARCIA	
DEPUTADO KENNEDY NUNES	sim
DEPUTADO LAÉRCIO SCHUSTER	sim
DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI	
DEPUTADO LUIZ FERNANDO VAMPIRO	sim
DEPUTADO MARCIUS MACHADO	
DEPUTADO MARCOS VIEIRA	sim
DEPUTADA MARLENE FENGLER	sim
DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK	sim
DEPUTADO MAURO DE NADAL	sim
DEPUTADO MILTON HOBUS	
DEPUTADO MOACIR SOPELSA	sim
DEPUTADO NAZARENO MARTINS	não
DEPUTADO NEODI SARETTA	sim
DEPUTADO NILSO BERLANDA	sim
DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA	

DEPUTADA PAULINHA	sim
DEPUTADO RICARDO ALBA	
DEPUTADO RODRIGO MINOTTO	sim
DEPUTADO ROMILDO TITON	
DEPUTADO SARGENTO LIMA	sim
DEPUTADO SERGIO MOTTA	sim
DEPUTADO VALDIR COBALCHINI	sim
DEPUTADO VOLNEI WEBER	

Está encerrada a votação.

Votaram 26 senhores deputados.

Temos 26 votos "sim", nenhum voto "não" e nenhuma abstenção.

Aprovada a matéria.

O sr. presidente, deputado Julio Garcia, acatou a manifestação do deputado Nazareno Martins, fora do sistema eletrônico de votação, sendo assim, totalizam 27 votos "sim".

A matéria está aprovada em primeiro turno. Como há um acordo de líderes para a votação em segundo turno, a Presidência encerra a presente sessão, convocando outra, extraordinária, para as 16h06. [Taquígrafa: Elzamar] [Revisão: Taquígrafa Sara]